



INFORMATIVO GIAC 48, de 02 de julho de 2020

Aos membros do Ministério Público brasileiro

Considerando as informações acerca das ações de enfrentamento da covid-19 e os questionamentos recebidos pelo gabinete, o GIAC COVID-19 tem a informar o que se segue:

Informação

[Auxílio às aldeias Yanomami para combate ao novo coronavírus](#)

Como medida de combate à covid-19 nas populações indígenas, equipes do Ministério da Saúde (MS), por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), do Ministério da Defesa (MD) e da Fundação Nacional do Índio (Funai) prestaram 253 atendimentos médicos e distribuíram insumos no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Yanomami.

As comunidades contempladas com o auxílio foram as aldeias Auaris, Waikás e Surucucu. Até o momento, a ação realizou a entrega de 87,6 mil máscaras cirúrgicas, 1,4 mil unidades de álcool 70%, 5,3 mil testes rápidos, mil aventais hospitalares, 300 protetores faciais, 87,6 mil toucas, 400 macacões, 1,6 mil máscaras de proteção respiratória, mil luvas e 297 mil comprimidos de medicamentos como cloroquina, azitromicina, prednisona e paracetamol.

No que se refere à [testagem dos indígenas](#) da região, o secretário da SESAI, Robson Santos da Silva, afirmou não ter sido detectado nenhum caso positivo para a covid-19 “*não detectamos nenhum caso positivo para a Covid-19 na região. Isso é um bom sinal de que o trabalho que vem sendo feito pelo Governo Federal e por todos os órgãos de apoio, que prestam serviço nessa região, tem apresentado bons resultados e tem sido efetivo para o combate à Covid-19 em terras indígenas*”.

[Entrega de ventiladores pulmonares](#)

O Ministério da Saúde entregou, em 30 de junho de 2020, 117 ventiladores pulmonares para tratamento

de pacientes acometidos pelo novo coronavírus. A medida contemplou os estados de Alagoas (3), Ceará (10), Espírito Santo (30), Maranhão (4), Mato Grosso (15), Minas Gerais (10), Paraíba (20), Paraná (4), Pernambuco (4), Rio de Janeiro (10) e Rondônia (5).

Para acessar a quantidade de ventiladores pulmonares distribuídos às unidades da federação, clique [aqui](#).

Ampliação da capacidade de testagem para covid-19 no Brasil

O Ministério da Saúde publicou, no dia 1º de julho de 2020, o [Boletim Epidemiológico Especial nº 20](#), cujo conteúdo trata acerca de análise sobre o perfil de casos e óbitos da COVID-19, hospitalizações e óbitos por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) no Brasil e informações atinentes à vigilância laboratorial.

A partir de dados da publicação, o órgão destacou a ampliação em 869% da capacidade de realização de exames RT-PCR na Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública.

No que concerne ao quantitativo de testes distribuídos e realizados, o Ministério da Saúde informou que *“até o dia 30 de junho, foram realizados 1,4 milhão de exames de RT-PCR para Covid-19, sendo que 860.604 na rede nacional de laboratórios de saúde pública e 618.067 nos principais laboratórios privados do país. Sobre os testes rápidos, foram realizados, no país, um total de 1,4 milhão. Importante destacar que se trata do total de testes realizados que foram registrados no e-SUS notifica até o dia 25/06. Em relação aos testes RT-PCR distribuídos, a pasta informa que, até 1º de julho, já foram distribuídos 3.878.888 milhões de testes para Covid-19 aos 27 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen), os três Centros Nacionais de Influenza (NIC) e os laboratórios colaboradores. Em relação aos testes rápidos (sorológicos), até 15 de junho, foram distribuídos 7,5 milhões.”* Ainda, de acordo com a pasta, o Brasil realiza, atualmente, 13,7 testes a cada mil habitantes.

Fonte: Ministério da Saúde

Informação

Destinação de recursos às Instituições de Longa Permanência para Idosos

A [Lei nº 14.018, de 29 de junho de 2020](#), estabeleceu a destinação de até R\$ 160 milhões, a título de auxílio financeiro, às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). O recurso será preferencialmente utilizado para custear ações de prevenção e controle da covid-19 nas IPLIs, adquirir insumos, medicamentos e equipamentos básicos para segurança dos residentes e funcionários e adequar os espaços para isolamento dos casos suspeitos e leves.

De acordo com o ato normativo, o recebimento do auxílio independe de eventual existência de débitos e não requer a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas).

Prorrogação do auxílio emergencial

O [Decreto nº 10.412, de 30 de junho de 2020](#), prorrogou, por mais dois meses, o auxílio emergencial instituído pela [Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020](#). Conforme informações da Casa Civil da Presidência da República, 64,1 milhões de pessoas receberão mais duas parcelas do auxílio.

Restrição temporária e excepcional de entrada no país

A [Portaria nº 340, de 30 de junho de 2020](#), restringiu, pelo prazo de trinta dias, a entrada no país de estrangeiros de qualquer nacionalidade por rodovias ou outros meios terrestres, por via aérea ou por transporte aquaviário. A medida decorre de recomendação técnica e fundamentada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em virtude dos riscos de contaminação e disseminação do novo coronavírus.

Fonte: Casa Civil da Presidência da República

Informação

Ratificação de recomendação para adoção de medidas preventivas em oitivas de adolescentes

O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público ratificou, em 30 de junho de 2020, a [Recomendação nº 73, de 17 de junho de 2020](#), a fim de que os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e Territórios adotem medidas preventivas à propagação da covid-19 em oitiva informal de adolescentes, estabelecida pelo art. 179 do Estatuto da Criança e do Adolescente ([Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#)). Confira, a seguir, a íntegra das recomendações previstas no ato:

Art. 1º Recomendar aos membros dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, com atribuições de defesa dos direitos da criança e do adolescente, que:

I – realizem a oitiva informal prevista no artigo 179 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, do adolescente apreendido ou não, de forma remota por meio de sistema de videoconferência, onde houver possibilidade técnica;

II – promovam articulação com a Polícia Civil e com o órgão que executa as medidas socioeducativas de meio fechado, a fim de viabilizar os recursos

físicos e tecnológicos que permitam a realização da oitiva informal, sem a necessidade de deslocamento do adolescente.

§ 1º Na impossibilidade de realização da oitiva informal, por sistema de videoconferência, poderá o membro do Ministério Público ouvir presencialmente o adolescente, desde que observadas as cautelas necessárias para a prevenção à propagação do novo coronavírus.

§ 2º Na impossibilidade de realização da oitiva informal presencial ou remotamente e, à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, o membro do Ministério Público deverá analisar a legalidade da apreensão em flagrante e poderá:

I – oferecer representação de imediato, na hipótese de ato infracional considerado grave, incluindo-se a manifestação sobre a necessidade ou não da decretação da internação provisória (artigo 180, III, da Lei nº 8.069/1990);

II – promover o arquivamento das peças informativas quando houver fundamento, sem a necessidade de oitiva informal do suposto autor (artigo 180, I, da Lei nº 8.069/1990);

III – manifestar-se pela liberação e entrega do adolescente aos pais ou responsáveis, quando possível, em tese, a concessão de remissão (artigo 180, II, da Lei nº 8.069/1990), agendando-se data para a oitiva informal após superada a emergência de saúde pública.

Fonte: Conselho Nacional do Ministério Público

Informação

[Panorama da resposta global à covid-19](#)

Com objetivo de elencar as respostas globais em resposta à pandemia decorrente do novo coronavírus, relativas à semana de 17 a 24 de junho de 2020, a Fundação Oswaldo Cruz produziu o material “[Panorama da Resposta Global à Covid-19](#)”.

O texto traz informações acerca das ações empreendidas por organizações mundiais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), por instituições e grupos econômicos, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o G20, bem como por continentes e países ao redor mundo.

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz

Informação

[Ciência Aberta é Vida – Diretório de informações acerca da covid-19](#)

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, com a colaboração da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em Brasília, desenvolveu diretório de informações científicas sobre o novo coronavírus. A iniciativa visa reunir fontes de informação em acesso aberto, nacional e internacional, a fim de facilitar o acesso à produção científica.

A página viabiliza a consulta a artigos científicos, teses e dissertações, dados de pesquisa, bases de pré-print, agregadores de informações científica, relatórios e evidências.

Fonte: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Informação

[Determinação para que os tribunais sigam a orientação do CNJ destinada a presidiárias gestantes e lactantes](#)

Por meio de decisão proferida no [Habeas Corpus 186185](#), impetrado em favor de todas as mulheres presas gestantes e lactantes, o Exmo. Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux determinou ao Superior Tribunal de Justiça, aos Tribunais de Justiça e a todos Juízos criminais e de execução penal do país a observância à [Recomendação nº 62/2020](#), expedida pelo Conselho Nacional de Justiça, a qual recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.

Fonte: Supremo Tribunal Federal

Informação

[Painel de monitoramento dos gastos da União para enfrentamento do novo coronavírus](#)

Com a finalidade de conferir transparência aos recursos destinados pela União ao enfrentamento do novo coronavírus, o Tesouro Nacional desenvolveu o painel [“Monitoramento dos Gastos da União com](#)

Combate à Covid-19

A ferramenta permite acesso ao total de gastos e despesas pagas. Tais dados podem ser consultados por órgão, Estados, Distrito Federal e Municípios. Além disso, é possível verificar, ainda, os atos normativos instituidores das medidas voltadas à liberação de auxílios e benefícios, efetivadas pelos Governo Federal.

Fonte: Tesouro Nacional

Informação

Visando dar publicidade às normas relativas ao enfrentamento do novo coronavírus, confira abaixo alguns atos publicados sobre o tema:

[Decreto nº 10.412, de 30 de junho de 2020](#) – altera o [Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020](#), para prorrogar o período de pagamento do auxílio emergencial de que trata a [Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020](#).

[Instrução Normativa nº 1.691, de 29 de junho de 2020](#) – altera a Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), em decorrência da pandemia causada pelo novo coronavírus.

[Medida Provisória nº 988, de 30 de junho de 2020](#) – abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 101.600.000.000,00, destinado ao auxílio emergencial de proteção social a pessoas em situação de vulnerabilidade, devido a pandemia da covid-19, e dá outras providências.

[Portaria nº 218, de 30 de junho de 2020](#) – altera a Portaria nº 208, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece o calendário anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC em 2020, tendo em vista a situação de pandemia do coronavírus (covid-19).

[Portaria nº 329-E, de 24 de junho de 2020](#) – altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, nos limites de sua competência.

[Portaria nº 1.072, de 24 de junho de 2020](#) – dispõe sobre a suspensão do pagamento de prestações dos parcelamentos celebrados entre a União e os municípios com base na Lei nº 13.485, de 2 de outubro de 2017, determinada pela Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.

[Portaria nº 340, de 30 de junho de 2020](#) – dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

[Portaria nº 1.087, de 30 de junho de 2020](#) – altera a Portaria RFB nº 543, de 20 de março de 2020, que suspende prazos para prática de atos processuais e os procedimentos administrativos que especifica, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), como medida de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (covid-19).

[Portaria nº 1.844, de 30 de junho de 2020](#) – reconhece o Estado de Calamidade Pública no Distrito Federal/DF, em decorrência da pandemia do novo coronavírus.

[Portaria nº 15.413, de 29 de junho de 2020](#) – altera a Portaria PGFN n. 7.821, de 18 de março de 2020, para prorrogar a suspensão temporária de medidas de cobrança administrativa da dívida ativa da União, e a Portaria PGFN n. 9.924, de 14 de abril de 2020, para prorrogar o prazo de adesão à transação extraordinária, em função dos efeitos da pandemia causada pela covid-19 na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU.

[Resolução nº 199, de 29 de junho de 2020](#) – torna pública a aprovação pelo Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual (CGFSA), em sua 56ª Reunião, realizada em 24 de junho de 2020, da criação do Programa Especial de Apoio ao Pequeno Exibidor (PEAPE), consoante o inciso III do art. 3º do Decreto nº 6.299, de 2007, no valor de R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais) e voltado para a preservação das atividades e manutenção dos empregos das empresas exibidoras de pequeno porte, considerando o atual contexto da situação da covid-19 e o fechamento temporário de salas e complexos de exibição cinematográfica

Fonte: Imprensa Nacional

O GIAC permanece à disposição pelo e-mail pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 99173-6539.

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia do Coronavírus-19

Links úteis atinentes à covid-19

Ministério Público

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (GIAC) -

<http://www.conexao.mp.br/covid19/>

Conselho Nacional do Ministério Público - https://www.cnmp.mp.br/portal/noticias?o=l.start_date&t%5B%5D=&hash=164b143c45a9dec2205c9ab214b89d333b4e3f4e1c9133427d8ae40f9ab65a170276dba0-fe3e6a555d0e9435de7c21bffd36d96db4e2b26b5a4cf7669ab31a68&q=&w1=after&d1=&w2=before&d2=&tags%5B%5D=758&Search=

Conselho Nacional Procuradores-Gerais – <http://mpbrasileiro-coronavirus.com.br/>

Ministério Público do Trabalho – <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/dia-do-trabalha-dor-conheca-as-acoes-adotadas-pelo-mpt-durante-a-pandemia-da-covid-19>

Poder Executivo

Agência Nacional de Aviação Civil – <https://www.anac.gov.br/coronavirus>

Agência Nacional de Energia Elétrica – <https://www.aneel.gov.br/noticias-covid-19>

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – <http://www.anp.gov.br/noticias/5678-comunicado-acoes-da-anp-em-epoca-de-pandemia>

Agência Nacional de Saúde Suplementar – <http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/coronavirus-covid-19>

Agência Nacional de Telecomunicações – <https://www.anatel.gov.br/institucional/component/content/article/171-manchete/2541-acoes-do-setor-de-telecomunicacoes-no-combate-ao-coronavirus>

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – <http://portal.antaq.gov.br/index.php/importante-coronavirus/>

Agência Nacional de Transportes Terrestres –

http://www.antt.gov.br/salaImprensa/noticias/arquivos/2020/03/Confira_as_acoes_da_ANTT_em_face_do_Covid19.html

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – <http://portal.anvisa.gov.br/coronavirus>

Banco Central do Brasil - https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/medidasdecombate_covid19

Casa Civil - <https://www.gov.br/casacivil/pt-br> e <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/conteudos-coronavirus/noticias-sobre-comunicacao-social>

Casa Civil (Atos Normativos) - <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1MK0syn9T2AbKfzQpchzqRqA-Ecy6zXAnK5IxO-qALAT4/edit?usp=sharing>

e

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – <http://www.cade.gov.br/coronavirus>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>

Controladoria-Geral da União – <https://www.gov.br/cgu/pt-br/coronavirus>

Fundo Nacional de Saúde - <https://portalfns.saude.gov.br/orientacoes-tecnicas/2489-publicada-portaria-que-regulamenta-aplicacao-dos-recursos-de-emendas-parlamentares-preferencialmente-para-o-enfrentamento-ao-coronavirus-covid->

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – <https://www.ipea.gov.br/coronavirus/>

Instituto Nacional de Propriedade Industrial – <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/patente/tecnologias-para-covid-19/ESTUDOS>

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – <https://www4.inmetro.gov.br/coronavirus>

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/mapacontra-coronavirus>

Ministério da Cidadania – <http://desenvolvimentosocial.gov.br/covid-19> e <http://blog.mds.gov.br/redesuas/>

Ministério da Defesa – <https://operacaocovid19.defesa.gov.br/>

Ministério da Economia - <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>

Ministério da Educação -

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=86791

Ministério da Justiça - <https://www.novo.justica.gov.br/news/coronavirus-confirma-as-medidas-adotadas-pelo-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica>

Ministério de Minas e Energia – <http://www.mme.gov.br/web/guest/covid-19>

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/covid-19>

Ministério das Relações Exteriores – <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/alertas/covid-19-assistencia-a-brasileiros>

Ministério da Saúde – <https://coronavirus.saude.gov.br/>

Ministério da Saúde (Saúde Indígena) - <https://www.saude.gov.br/saude-indigena/>

Ministério do Turismo – <http://www.turismo.gov.br/coronavirus.html>

Planalto – <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-covid-19>

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça – <https://www.cnj.jus.br/coronavirus/>

Superior Tribunal de Justiça - <http://www.stj.jus.br/sites/porta1p/Paginas/STJ-no-Combate-ao-Coronavirus.aspx>

Supremo Tribunal Federal – https://transparencia.stf.jus.br/extensions/app_processo_covid19/index.html

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados – <https://www.camara.leg.br/temas/coronavirus>

Senado Federal – <https://www.senado.leg.br/senado/hotsites/covid/>

Demais instituições

Associações dos Juizes Federais do Brasil – <https://www.ajufe.org.br/imprensa/noticias-covid-19>

Associação dos Magistrados Brasileiros – https://www.amb.com.br/coronavirus-confira-decisoes-do-judiciario-relacionadas-ao-enfrentamento-da-pandemia/?doing_wp_cron=1586478574.7145249843597412109375

Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – <https://www.anamatra.org.br/imprensa/coronavirus>

Associação Médica Brasileira – <https://amb.org.br/coronavirus/>

Confederação Nacional de Municípios – <https://www.cnm.org.br/crises/principal/coronavirus/todos/1>

Conselho Federal de Farmácia – <http://covid19.cff.org.br/>

Conselho Federal de Medicina – <http://portal.cfm.org.br/>

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/repositorio/>

Fundação Oswaldo Cruz – <https://portal.fiocruz.br/coronavirus>, <https://covid-19.procc.fiocruz.br/> e <https://unidos.fiocruz.br/>

Organização Mundial de Saúde - <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

Organização Pan-Americana de Saúde – <https://www.paho.org/bra/> e https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - <http://www.oecd.org/coronavirus/en/>

Rede Covida – <https://covid19br.org/>

Tribunal de Contas da União – <https://portal.tcu.gov.br/coopera/>